

JULGAMENTO AO RECURSO A TOMADA DE PREÇOS Nº TP-008/2021 – SEINFRA

RECORRENTE

CEDIBRA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº. 17.247.743/0001-63

1. RELATÓRIO

A empresa, **CEDIBRA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº. 17.247.743/0001-63, se insurge contra a sua inabilitação, em que pese, segundo a insurgente, ter cumprido todas as exigências do edital. Assevera outrossim, apresentou toda a documentação atinente ao objeto do presente Certame. De igual maneira, asseverou que a sua inabilitação, mostra-se ilegal e descabida.

Igualmente, asseverou que apresentou o alvará de funcionamento, sendo que sua inabilitação no tocante a temática, mostra-se indevida e eivada de formalismo excessivo. Mais adiante, aduziu que apresentou junto ao Balanço Patrimonial para o índice GE – Grau de Endividamento, menor do que o exigido no edital em comento.

Vale destacar que a recorrentes pleiteia pela procedência das suas Razões Recursais e consequentemente a sua habilitação no certame Licitatório.

É o relatório.

Passo a decidir.

2. TEMPESTIVIDADE

Verifica-se a tempestividade e a regularidade dos respectivos recursos, haja vista que a publicação do resultado da respectiva Ata de análise de habilitação, se deu **no dia 21 de maio de 2021**, atendendo ao previsto na Lei geral de Licitações, nos seu art. 109, I “a”, bem como nos comandos contidos no instrumento do edital. Referidos prazos podem ser verificados pela transcrição do artigo de lei a seguir.

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

b) julgamento das propostas;

c) anulação ou revogação da licitação;

d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 78 desta lei;

e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;

pela Lei nº 8.883, de 1994)

(Redação dada

f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

II - representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

III - pedido de reconsideração, de decisão de Ministro de Estado, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, na hipótese do § 4º do art. 87 desta Lei, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

§ 1º A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas "a", "b", "c" e "e", deste artigo, excluídos os relativos a advertência e multa de mora, e no inciso III, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo para os casos previstos nas alíneas "a" e "b", se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

§ 2º O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

§ 3º Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

§ 5º Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

§ 6º Em se tratando de licitações efetuadas na modalidade de "carta convite" os prazos estabelecidos nos incisos I e II e no parágrafo 3º deste artigo serão de dois dias úteis. (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994) (destacamos)

Dessa forma, resta comprovada a tempestividade dos recursos do licitantes.

3. DO MÉRITO

A empresa, **CEDIBRA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº. 17.247.743/0001-63, se insurge contra a sua inabilitação, em que pese, segundo a insurgente, ter cumprido todas as exigências do edital. Assevera outrossim, apresentou toda a documentação atinente ao objeto do presente Certame. De igual maneira, asseverou que a sua inabilitação, mostra-se ilegal e descabida.

Igualmente, asseverou que apresentou o alvará de funcionamento, sendo que sua inabilitação no tocante a temática, mostra-se indevida e eivada de formalismo excessivo. Mais adiante, aduziu que apresentou junto ao Balanço Patrimonial para o índice GE – Grau de Endividamento, menor do que o exigido no edital em comento.

A pretensão da recorrente, MERECE SER TOTALMENTE PROVIDA.

Analisando os autos, observa-se que a licitação obedeceu aos ditames legais, sendo mantidas as exigências contidas na Lei 8.666/93, no tocante à modalidade e ao procedimento. Verifica-se que foram cumpridas as formalidades legais, tendo sido comprovada a devida publicidade do procedimento, a existência de dotação orçamentária, a realização de pesquisa de preços etc. Restando, portanto, obedecidos os pressupostos legais da Legislação pertinente. Razões pelas quais não há que se falar em ilegalidade, no sentido de respeito às formalidades procedimentais.

Sabe-se que uma das fases do processo licitatório é a da habilitação, na qual aqueles interessados em contratar com a Administração Pública devem demonstrar, mediante a apresentação de documentos, que são capazes e idôneos para bem executar o objeto licitado e, assim, atender satisfatoriamente a demanda pública apresentada.

Sinaliza-se, de plano, que para tal finalidade (habilitação) podem ser exigidos apenas e tão somente os documentos arrolados na Lei 8.666/93, em face do princípio da legalidade, que, dentre outros, rege a atividade administrativa, conforme estabelece a Constituição Federal, em seu art. 37, caput, e condiciona, como requisito de validade, que as ações da Administração Pública estejam sempre em consonância com o permitido pelo ordenamento.

Sobre tal princípio, leciona o saudoso Hely Lopes Meirelles:

“A legalidade, como princípio da administração (CF, art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso. A eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da Lei e do Direito. (...)

Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza”.

E para Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

“O princípio da legalidade, já analisado no item 3.3.1 em relação à Administração Pública em geral, é de suma relevância, em matéria de licitação, pois esta constitui um procedimento inteiramente vinculado à lei; todas as suas fases estão rigorosamente disciplinadas na Lei nº 8.666/93, cujo artigo 4º estabelece que todos quantos participem de licitação promovida pelos órgãos ou entidades a que se refere o artigo 1º têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido na lei. Tratando-se de direito público subjetivo, o

licitante que se sinta lesado pela inobservância da norma pode impugnar judicialmente o procedimento”

A vinculação ao instrumento convocatório deve assegurar aos licitantes os seus direitos. Nesse sentido, cabe lembrar a seguinte redação do art. 41 da Lei no 8.666/1993: “**a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada**”. **Esse dispositivo é tão restritivo que se utilizou da expressão “estritamente vinculada”**. Logo, não há espaços para arbitrariedades ou escolhas de licitantes por regras não estabelecidas no edital. No mesmo sentido, a Administração deve buscar a proposta mais vantajosa dentro das regras do edital e sem julgamentos subjetivos.

A vinculação se traduz numa importante garantia para a sociedade de que não haverá favorecimentos ou direcionamentos nas aquisições feitas pela Administração Pública. Esclarece-se também que esse princípio está ligado ao princípio da legalidade, previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal, bem como na Lei Federal de Processo Administrativo. Denota-se, assim, que o princípio da legalidade irradia seus efeitos em todos os atos da Administração, de modo que não existe interesse público à margem da lei.

O STJ já se manifestou diversas vezes a respeito do tema (por exemplo: RESP 595079, ROMS 17658). No RESP 1178657, o tribunal decidiu:

ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. O Tribunal de origem entendeu de forma escorreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", **este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica**. Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação - protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, **não supre a exigência do edital**. Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, **é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes**.

Por fim, para além dos tribunais judiciários, mister trazer à baila a posição do TCU sobre a matéria aqui discutida. Há centenas de acórdãos do TCU que tratam da vinculação ao edital, com orientação alinhada àquela apresentada neste parecer e que podem ser sintetizadas na recomendação apresentada pelo tribunal no Acórdão 483/2005: “Observe com rigor os princípios básicos que norteiam a realização dos procedimentos licitatórios, especialmente o da vinculação ao instrumento convocatório e o do julgamento objetivo, previstos nos artigos 3º, 41, 44 e 45 da Lei nº 8.666/1993”.



Acórdão 4091/2012 - Segunda Câmara

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO. EXIGÊNCIA DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EM PERCENTUAL MÍNIMO DE 50% PARA TODOS OS ITENS LICITADOS. ILEGALIDADE. ACEITAÇÃO DE ATESTADOS DOS VENCEDORES EM DESACORDO COM O PRÓPRIO EDITAL. MALFERIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS. DETERMINAÇÕES. PEDIDO DE REEXAME. CONHECIMENTO. NEGATIVA DE PROVIMENTO

Acórdão 966/2011 - Primeira Câmara

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM PREGÃO ELETRÔNICO. CONSTATAÇÃO DE ALGUMAS FALHAS RELACIONADAS À INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÃO.

Como dito, a licitante ora recorrente, fora inabilitada pelos seguintes motivos:

01. CEDIBRA COMERCIO E CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita sob o CNPJ nº. 17.247.743/0001-63, motivo: apresentação do alvará de funcionamento com data de emissão em 01.06.1995, com a comissão não conseguiu no documento apresentado descobrir a data de validade a empresa ficou inabilitada em virtude do parágrafo 6º da cláusula 4ª do edital, ausência da apresentação junto ao Balanço Patrimonial para o índice GE – Grau de Endividamento, portanto não atendendo a cláusula 4.4.4.4.b do edital

No tocante ao pseudo descumprimento do item 4.1.6, vale destacar como bem pontuou a recorrente, há nos autos licitatórios, comprovante de DML-DOCUMENTO MUNICIPAL DE LICENÇA DA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, documento este, que atesta a comprovação de inscrição da empresa junto ao ente municipal mencionado.

Nesta senda, tendo por base o princípio do formalismo moderado, a habilitação da empresa, ora recorrente, é medida que se impõe.

Em se tratando, especificamente, da motivação da ausência da apresentação junto ao Balanço Patrimonial para o índice GE – Grau de Endividamento, que supostamente não atende a cláusula 4.4.4.4.b do edital, documento imprescindível, a sua apresentação, em verdade, se deu em consonância com as normas do Edital em regência, ocasionando a imperatividade da HABILITAÇÃO, da empresa recorrente.

Em verdade, como bem pontuou a licitante, ora insurgente, atendeu o exigido no instrumento convocatório, pois seu endividamento geral foi menor do que 0,8, condição que ocasiona a habilitação da concorrente no presente certame.

Vale destacar que após da documentação atinente à habilitação, verificou-se inserido no envelope tipo A, documento legalmente comprovatório que atesta a boa situação financeira apurados de dados a partir seu balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício financeiro, tendo sido verificado índice 0,4 de endividamento.

É sempre válido destacar que a fase de habilitação do processo licitatório destina-se à verificação da capacidade e da idoneidade do licitante em executar o objeto da contratação frente à documentação exigida no instrumento convocatório, a qual, em função do princípio da legalidade, deve limitar-se à prevista na Lei 8.666/93, salvo exigências de qualificação técnica previstas em lei especial.

Ademais, as exigências a título de habilitação consignadas nos instrumentos convocatórios devem se limitar apenas às estritamente necessárias a garantir a adequada execução do objeto, ante regra imposta pela Constituição Federal:

“Art. 37

(...)

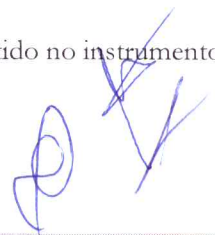
XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

Outrossim, ressalva Diógenes Gasparini:

“Da tomada de preços só podem participar as pessoas previamente inscritas no registro cadastral e as que atenderem a todas as condições exigidas para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas (art. 22,§2º). Dois, portanto, são os grupos que podem participar dessa modalidade de licitação. O primeiro, o dos já cadastrados, portadores de Certificados de Registro Cadastral em vigor, (cadastramento normal), e o dos não cadastrados mas que atendam a todas as condições de cadastramento e demonstre nesse prazo o interesse de participar da tomada de preço aberta (cadastramento especial). Não obstante a diversidade da formalidade e da época do cadastramento, os integrantes dos dois grupos deverão estar cadastrados, daí nossa definição, só mencionar interessados cadastrados.

A qualificação dos interessados é prévia, ou seja, efetivada por ocasião do cadastramento normal ou na oportunidade do cadastramento especial.” (Direito Administrativo, 13ª ed., Saraiva, São Paulo, 2008, pp. 566/567).

Nesta senda, a empresa *alburess*, comprovou que atendeu a dispositivo legal e contido no instrumento convocatório, a saber, 4.4.4.4.b do edital.



Nesta senda, restou demonstrado que a habilitação da empresa, ora recorrente, é a medida que se impõe.


4. DISPOSITIVO

Diante de tudo exposto, em respeito ao princípio da vinculação ao ato convocatório, à escolha da proposta mais vantajosa para a administração, ao princípio da supremacia do interesse público, decide-se em **CONHECER** dos Recursos de todas as empresas recorrentes, e no mérito:

DAR TOTAL PROVIMENTO ao recurso da empresa, **CEDIBRA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ N°. 17.247.743/0001-63, restando a mesma HABILITADA.


Encaminha-se a presente decisão à autoridade superior em obediência ao Art. 109, § 4º, da Lei de Licitações.

Alto Santo/CE, 21 de junho de 2021.



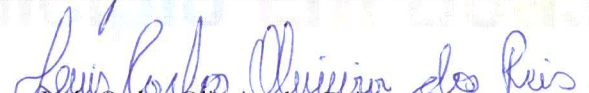
Kleison Wilton Rodrigues Pereira
Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO SANTO



Socorro Alves Lima
Membro da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO SANTO



Luis Carlos Oliveira dos Reis
Membro da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO SANTO



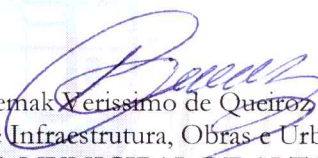
JULGAMENTO AO RECURSO A TOMADA DE PREÇOS Nº TP-008/2021 – SEINFRA

RECORRENTE

CEDIBRA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº. 17.247.743/0001-63

De acordo com o Art. 109, §4º, da Lei 8.666/93, com base na análise feita pela Comissão de Licitação deste Município, **RATIFICO** a decisão proferida e **HABILITO** a empresa, ora recorrente.

Alto Santo, 21 de junho de 2021.



Rademak Xerissimo de Queiroz
Secretário de Infraestrutura, Obras e Urbanismo
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO SANTO

